

O TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR

THE WORK OF THE MILITARY POLICE

DE SOUZA, Maurício Matos ¹

DA SILVA, Cleber Vieira ²

RESUMO

O presente artigo, que tem como tema o trabalho da polícia militar, analisou a importância do trabalho da polícia na sociedade brasileira, num momento de declínio moral, ético e socioeconômico, por meio de um estudo bibliográfico e também da análise do perfil profissiográfico da Polícia Militar do Estado de Goiás. Além disso, também foi levado em consideração o uso da força por parte dos policiais, que é constantemente questionado pela população. Neste sentido, foi possível perceber que a Polícia Militar é bombardeada diariamente por ideias pré-concebidas em função daquilo que é veiculado nos meios de comunicação. Por outro lado, poucas pessoas sabem como realmente os policiais devem agir, suas atribuições e postura. Diante da pesquisa realizada, concluiu-se que a polícia é uma importante instituição, necessária para garantir a paz e a segurança, mas suas falhas são muito mais evidenciadas que seus acertos.

Palavras-chave: Polícia Militar. Perfil Profissiográfico. Força. Truculência.

ABSTRACT

This article, which has as its theme the work of the military police, analyzed the importance of police work in Brazilian society, at a time when an example of moral, ethical and socioeconomic decline, through a bibliographic study and also the analysis of the professional profile of the police. Military Police of the state of Goiás. In addition, the use of force by the police was also taken into account, which is constantly questioned by the population. In this sense, it was possible to perceive that the Military Police is bombarded daily by preconceived ideas in function of what is transmitted in the media, on the other hand, few people know how the police really should act, their attributions and posture. In the face of the research, it was concluded that the police are an important institution, necessary to guarantee peace and security, but their failures are much more evident than their correctness.

Keywords: Military Police. Profile Profissiográfico. Strength. Truculence.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças da Academia de Polícia Militar de Goiás - CAPM, mauricio.souza@pm.go.gov.br; Aguas Lindas de Goiás - GO, 04 de Março de 2018.

² Professor Orientador: Especialista, professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, pqdcleberveira@gmail.com, Goianésia - GO, Março de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Desde que o ser humano passou a se organizar em sociedades, houve a necessidade da criação de leis e regras e para tanto adoção da força policial, braço armado do Estado Democrático de Direito, que fosse capaz de punir àqueles que não as cumprissem.

O não cumprimento das regras estabelecidas afeta não somente o indivíduo, mas a terceiros também, assim, além de garantir o cumprimento do ordenamento jurídico, esta força também zela pelo bem-estar de todos.

Portanto, a polícia, esta organização que zela pelo bem de todos, é uma instituição indispensável em sociedades contemporâneas.

Diante disso, o tema deste artigo é o trabalho da Polícia Militar, frente a uma sociedade descontrolada e sem padrões de moral.

Assim, seria a atuação da força da Polícia Militar o único caminho para garantir a paz e a segurança?

Certamente que não, pois dificilmente existe um único caminho para determinados problemas, o fato é que sem a polícia, a situação nas cidades e no campo seria de barbárie e caos social, pois as pessoas estão cada vez mais animalescas e menos humanas.

Deste modo o objetivo geral desta pesquisa permeia em expor a importância do trabalho da polícia na sociedade brasileira, a qual vislumbra e é exemplo de declínio moral, ético e socioeconômico.

Os objetivos específicos irão pontuar aspectos relevantes do surgimento da polícia na sociedade; apresentar as atribuições da Polícia Militar e analisar o uso progressivo da força praticado pelos policiais militares no cumprimento de suas missões constitucionais.

Como metodologia adotada para a elaboração deste trabalho, elegeu-se a pesquisa bibliográfica, pois é a que melhor se adequa aos objetivos e a situação problema proposta, sendo construído com base em compilações de trabalhos já publicados, como livros e outras elaborações científicas, como muito bem explica Gil (2002, p. 44). Deste modo, o presente artigo científico, foi desenvolvido a partir de material já elaborado, com a utilização de livros e artigos científicos e que foram

suficientes para responder ao problema proposto e ainda contemplar os objetivos apresentados neste estudo. Assim, o trabalho apresentará um breve histórico da origem da Polícia Militar no Brasil, em seguida apresentará o papel da Polícia Militar e finalmente fará uma reflexão sobre truculência e uso da força durante as atividades policiais, no intuito de contemplar os objetivos traçados e ainda responder ao problema levantado por este estudo.

A sociedade atravessa problemas que parecem estar longe de serem resolvidos, a polícia, por sua vez, precisa ser enérgica e mesmo assim, ainda há aqueles que questionam o trabalho desta instituição. Portanto, a escolha deste tema justifica-se pela necessidade de expor a importância do trabalho policial no combate e prevenção ao crime.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 HISTÓRIA DA POLÍCIA

É possível compreender que desde o início da humanidade, o ser humano teve a necessidade de se organizar em sociedades, mesmo modelos sociais bem arcaicos até a origem de grandes impérios. Assim, estas organizações ocasionaram conflitos, o que deu origem a um enumerado de regras que deveriam embasar a vivência coletiva.

Logo, como nem todos se encaixam a estas regras, percebeu-se a necessidade da criação de outro mecanismo que tivesse condições de impedir que as pessoas não cumprissem as regras estabelecidas e que ainda fosse capaz de punir os transgressores.

A Polícia é um órgão governamental, presente em todos os países, politicamente organizados, cuja função é a de repressão e manutenção da ordem pública através do uso da força, ou seja, realiza o controle social. Todas as competências policiais apresentadas refletem a evolução desse serviço público, que hoje tem como função a manutenção da ordem pública e a implementação da Segurança Pública, conforme preceitua o artigo 144 da Constituição Federal do Brasil. (SOUSA e MORAIS, 2011, p. 3)

A polícia é uma instituição indispensável para qualquer sociedade, Monjardet (2003, p. 15) explica que se trata de um trabalho que interage com os problemas humanos, e atua quando a solução destes problemas requer o emprego da força.

Sempre que se fala em Polícia, o primeiro pensamento que vem à mente é aquele apontado por Monjardet (2003, p15) relacionado ao emprego da força, contudo, de acordo com BALESTRELI (2003) o trabalho da polícia tem que ser um instrumento de garantia da cidadania e nem sempre está associado ao uso da força, mas em desempenhar um papel social voltado para a garantia dos direitos fundamentais e da melhoria da qualidade de vida, um agente promotor dos direitos humanos e a prisão de criminosos seria apenas uma consequência do processo de trabalho e não a principal função.

Portanto a polícia é uma importante instituição, principalmente nas sociedades contemporâneas, contudo, trata-se de uma tarefa árdua, em função, principalmente do caráter repreensivo desta profissão, pois se situa no limite entre a vida e a morte, principalmente devido ao aumento da criminalidade, segundo Santos (1997, p. 162).

Corroborando para este pensamento, GIDDENS (1998) esclarece que a comunidade deve ser o centro das atenções do trabalho policial, pois deve-se focar na regeneração da comunidade no intuito de prevenir o crime e reduzir o medo dele, assim, mais que combater, deveria ser alvo da polícia, prevenir o crime.

O fato, é que toda sociedade precisa da atuação da polícia, no Brasil, por exemplo, as polícias são geralmente divididas em polícia administrativa (instituições policiais que atuam antes da ocorrência do crime) e polícia judiciária (instituições policiais que atuam depois da ocorrência do crime).

Este modelo de divisão segue os moldes franceses, mais precisamente de datado de 1667, quando houve a separação dos poderes na França, acarretando na separação da Justiça e da Polícia.

A Polícia Militar passou por fases distintas de acordo com o momento histórico que o Brasil atravessava. Apenas com o fim d ditadura militar e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que ocorreram inovações no campo da Segurança Pública, bem como a inserção do princípio da gestão participativa na resolução dos problemas da violência e da criminalidade, tal qual como se vê nos dias atuais, conforme Sousa e Moraes (2011, p. 9).

Mesmo o país atravessando sérios problemas na segurança pública, é dever da polícia garantir no acesso à cidadania plena, ao garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e aos próprios Direitos Humanos (CARVALHO, 2007; SOARES, 2006).

2.2 O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR

Não é nenhuma novidade que o Brasil atravessa uma séria crise na segurança pública, a violência e a insegurança tomaram conta da maioria das cidades brasileiras, e a Polícia Militar é a instituição mais próxima do povo, que tem a função de proteger a população e mesmo assim, em virtude de notícias veiculadas nos meios de comunicação, de alguns profissionais que desonram a categoria, estes agentes são frequentemente estigmatizados e cruelmente criticados.

Em razão das notícias constantemente veiculadas a respeito da polícia, uma parte significativa da população afirma ter medo destes profissionais, conforme pesquisa realizada pelo Datafolha em 2015, onde aponta que 62% dos moradores de cidades com mais de 10 mil habitantes, têm medo de sofrer agressão da Polícia Militar.

Portanto, é de fundamental importância que se entenda a função, o papel da Polícia Militar. No que diz respeito ao regime de trabalho do policial militar, este é indicado por escalas, podendo ser a de 6 horas de trabalho por 18 de folga; 12 por 48 ou até mesmo 24 por 72. Em razão da incerteza desta profissão e seu regime de dedicação exclusiva, as jornadas de trajeto ao trabalho ou até mesmo os momentos de folga podem ser transformados em trabalho, conforme Fraga (2006, p. 8).

Contudo, não é fácil definir as atribuições do trabalho da Polícia Militar, pois envolvem atividades diversas, com características incertas e até mesmo extraordinárias, por isso, Monjardet (2003) afirma que o trabalho policial não se trata de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção, da comunidade, de suas atividades. Por esta razão, é esta seleção que determina a organização e a análise do trabalho policial.

Assim no sentido de entender as atribuições da Polícia Militar, conforme o perfil profissiográfico da PMGO, garantir a ordem pública, por meio da prevenção e neutralização dos fatores de risco que possam afetar a população.

Durante eventos públicos, é necessário que a Polícia seja avisada previamente, para que tenha condições de planejar suas ações e assim garantir a ordem pública, e ainda emitir normas, pareceres e laudos técnicos de avaliação de risco, relativos à Polícia Ostensiva, durante eventos em funcionamento e/ou permanentes, em conformidade com o artigo 144 da CF, § 5º que atribui à Polícia

Militar a preservação da ordem pública e ainda incumbências de atividades da defesa civil.

Os números da violência no Brasil se equiparam àqueles de países em guerra, para se ter uma ideia, de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, 279.592 pessoas foram vítimas de morte violenta no Brasil, enquanto que na Síria, durante o março de 2011 a novembro de 2015, o número de mortes foi de 256.124, conforme Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública,

Diante de números tão assustadores, é mais que necessário a existência de uma instituição que enfrente com firmeza tamanha violência. Segundo Hanashiro (2015, p. 9) a sociedade brasileira encontra-se “fraturada” pelo medo, concluindo que o modelo de Segurança Pública no Brasil fracassou, pois ocorrem mais mortes provocadas por agentes de segurança do Estado do que propriamente por latrocínio, que é o roubo seguido de morte, todavia, há a necessidade de repensar o trabalho desta instituição e não, simplesmente, descartá-lo.

Rolim (2006, p. 25) chama a atenção para os fatores que contribuíram para a criação das polícias modernas, elencando as revoltas populares, a desordem em alguns países europeus e principalmente a impotência dos governos em resolver ou controlar tais problemas, sendo sempre necessário a convocação de tropas do exército, que geralmente agiam de maneira violenta, alimentando ainda mais a insatisfação popular.

A presença da polícia na sociedade se faz necessário principalmente pelo fato das pessoas não conseguirem viver juntas de maneira harmoniosa, respeitando o espaço do outro e a coisa pública, comprovando a fala de Hipólito e Tasca (2012) onde chamam a Polícia Militar, na sociedade democrática de direito, de principal braço do Estado na segurança pública.

Hipólito e Tasca (2012) também salientam que o papel da Polícia Militar é muito mais amplo que apenas combater a criminalidade, mas outras de cunho social, atuando inclusive quando houver a falência de outros órgãos do Estado.

Portanto, o papel da Polícia Militar perante a sociedade é fazer valer o direito estabelecido no artigo 144 da Constituição Federal em 1988, conforme esclarecem Hipólito e Tasca (2012), uma vez que antes da promulgação da Constituição de 1988, era restrita a atividade de manutenção da ordem.

Entretanto, embora sejam bem definidas as atribuições da Polícia Militar, de

acordo com Krok (2008), esta instituição faz parte do aparelho repressivo do Estado, onde atua como agente que garantirá algo muito maior que o controle de manifestações populares ou a garantia da segurança pública, há algo de subliminar em sua função, que não é determinada pela própria polícia, mas pelo Estado, assim, cabe à Polícia Militar garantir perpetuação do poder daqueles que controlam este sistema.

2.3 TRUCULÊNCIA OU ESTRITO CUMPRIMENTO DA LEI

Um dos grandes questionamentos da população com relação aos Policiais Militares é o uso abusivo da força empregado em suas atividades. Enquanto alguns clamam por mais firmeza por parte dos Policiais, outros colocam em dúvida o emprego da força destes agentes da lei. A violência policial, designando abuso policial, está muito presente na memória e na percepção da população brasileira, conforme Fraga (2011, p. 11).

A arte, a ficção e a imprensa denunciam quase cotidianamente, e muitas vezes com propriedade, atitudes arbitrárias e violentas por parte daqueles que têm como dever zelar pela garantia dos direitos humanos de todo e qualquer cidadão, tratando-os e atendendo-os com dignidade. (FRAGA, 2011, p. 11).

Sandes (2007b, p. 2), apontam justamente para o poder de polícia que se caracteriza pela imposição de uma violência legítima, assegurada pela Resolução 34/169, que defende o emprego da força, sempre que necessário, no sentido de garantir a manutenção da ordem pública.

Contudo, o usos da força aplicado pelos policiais não se trata de um poder ilimitado, pois também é seu dever garantir que os direitos da pessoa humana sejam respeitados, deste modo, o policial só pode empregar a força quando estritamente necessário e na medida certa ao cumprimento de seu dever (FAGUNDES, 2017).

Com relação ao uso da força empregado pelos policiais no cumprimento de suas atribuições, é preciso entender que no Brasil, não existe uma lei específica que aborda detalhadamente os procedimentos de uso da força pela polícia, com regras a serem seguidas quando da formação e treinamento do policial.

Há, sim, aspectos gerais que legitimam a força policial, conforme previsão do art. 23 do Código Penal – CP (BRASIL, 1940) onde apontam para que trata-se de medidas legais, o emprego da força, quando houver necessidade, em casos de

legítima defesa e ainda no exercício regular do direito, conforme transcrito no artigo 23 do referido código.

O Código Penal, em seus artigos 24 e 25, fornece os conceitos da legítima defesa e do estado de necessidade, (BRASIL, 1940) que refere-se ao ato não provocado por sua própria vontade, em razão de perigo, sendo assim indispensável o emprego de força e ou de outros mecanismos.

Neste sentido, o tema em questão abre um leque para um longo diálogo sobre a linha tênue que separa o uso legítimo da força e o emprego desnecessário da violência, constantemente questionada pela população, e que não pode de forma alguma ser ignorado.

Assim, de um lado percebe-se divulga demasiadamente, em seus debates falsamente verdadeiros, a truculência da polícia em suas ações, que de fato não podem ser jogados para debaixo do tapete, mas também há outro lado, em que a mesma polícia que mata, também morre diariamente em função de seu trabalho e nem por isso há tanto clamor social.

Os autores lembram a existência de casos que tiveram intervenções tecnicamente corretas, do ponto de vista da ação policial, mas que foram lançadas à vala comum da "brutalidade policial" e erigidas em símbolo de uma mítica banalização da violência que, aliás, explicaria o atual estado da criminalidade nas cidades. Outra questão diz respeito à invisibilidade da ação policial e à repercussão de atos violentos, contaminando a categoria como um todo: "A maior parte do trabalho policial, formalmente ostensivo, acaba sendo invisível para a sociedade, ao passo que eventuais excessos e abusos, atos violentos nas ações repressivas, repercutem enorme e negativamente para a sociedade" (Muniz et al., 1999, p. 7).

Em 2016, 437 policiais civis e militares foram mortos no país em confrontos ou fora do serviço, um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 15 estados registraram aumento no número de mortes de policiais de 2015 para 2016. O líder, com 132 mortes, é o Rio de Janeiro de acordo com reportagem divulgada no Fantástico de outubro de 2010.

Para Santos (1997), o trabalho policial foi abrolhado pelas sociedades periféricas, com a introdução da violência no imo do espaço social, onde se localiza a organização policial. Elias (1993), por sua vez, esclarece que o fenômeno da violência atinge cada vez mais o trabalho policial e que, no processo civilizatório, vincula-se ao cerceamento da violência numa transformação da agressividade e a um investimento no controle social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meios dos autores que foram consultados, foi possível perceber que mesmo que se trate de uma instituição estigmatizada e constantemente massacrada, a Polícia é de extrema importância para garantir a segurança pública, pois sem uma força externa, as pessoas são incapazes de viver de maneira harmoniosa.

Outro aspecto bastante relevante encontrado durante a pesquisa é segundo Monjardet (2003) o trabalho policial não se trata de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção, da comunidade, de suas atividades. Por esta razão, é esta seleção que determina a organização e a análise do trabalho policial. Neste sentido, é possível inferir que o combate à violência, por exemplo, não é uma tarefa pré-determinada, mas trata-se de uma necessidade criada pela própria sociedade.

Levando em consideração a necessidade da população e os problemas que envolvem a atuação policial, este trabalho trata especificamente do trabalho da Polícia Militar e buscou responder se a referida instituição é a única capaz de estabelecer a paz e a segurança para as pessoas, uma vez que é a organização mais próxima do povo, que tem a função de protegê-lo.

A Polícia Militar é bombardeada diariamente por ideias pré-concebidas em função daquilo que é veiculado nos meios de comunicação, por outro lado, poucas pessoas sabem como realmente os policiais devem agir, suas atribuições e postura. Para responder a estas questões além de outros materiais bibliográficos, o material que mais ajudou e que melhor conduziu esta pesquisa foi o documento que trata do perfil profissiográfico da PMGO, que discorre claramente sobre suas atribuições.

De acordo com o perfil profissiográfico, é dever da PMGO garantir a ordem pública, por meio da prevenção e neutralização dos fatores de risco que possam afetar a população, em eventos públicos, por exemplo, é necessário que a Polícia seja avisada previamente, para que tenha condições de planejar suas ações e assim garantir a ordem pública, e ainda emitir normas, pareceres e laudos técnicos de avaliação de risco, relativos à Polícia Ostensiva, durante eventos em funcionamento e/ou permanentes, em conformidade com o artigo 144 da CF, § 5º que atribui à Polícia Militar a preservação da ordem pública.

Assim, fica implícito, que a Polícia existe porque a população precisa dela,

primeiro criou-se uma necessidade e só então buscou-se a solução, assim, Rolim (2006, p. 25) explica que os fatores que contribuíram para a criação das polícias modernas, foram as revoltas populares, a desordem em alguns países europeus e principalmente a impotência dos governos em resolver ou controlar tais problemas, sendo sempre necessário a convocação de tropas do exército, que geralmente agiam de maneira violenta, alimentando ainda mais a insatisfação popular.

Contudo, a polícia não atua somente em situações de conflito, Hipólito e Tasca (2012) salientam que esta instituição também atua de obras sociais e também quando há a falência de outros órgãos do Estado.

Entretanto, mesmo com este caráter social do trabalho da PM, é necessário que se entenda a Polícia Militar, de acordo com Krok (2008), faz parte do aparelho repressivo do Estado, onde atua como agente que garantirá algo muito maior que o controle de manifestações populares ou a garantia da segurança pública, há algo de subliminar em sua função, que não é determinada pela própria polícia, mas pelo Estado, assim, cabe à Polícia Militar garantir perpetuação do poder daqueles que controlam este sistema. Assim, ela não atua conforme sua própria vontade, mas está subordinada a uma força maior.

E na busca de atender aos interesses do Estado, muitas vezes precisam fazer uso da força. Sandes (2007b, p. 2), apontam justamente para o poder de polícia que se caracteriza pela imposição de uma violência legítima, assegurada pela Resolução 34/169, que defende o emprego da força, sempre que necessário, no sentido de garantir a manutenção da ordem pública.

Deste modo, de acordo com o material levantado, o trabalho da polícia é fundamental para garantir a paz e a segurança, pois sem a atuação de uma força maior, os seres humanos, em especial no Brasil, não conseguem viver de maneira pacífica e educada. Portanto, é possível afirmar que a pesquisa foi bem-sucedida, e respondeu ao problema levantado e ainda contemplou aquilo proposto no objetivo geral.

Um aspecto que não havia sido pensado no início da pesquisa e que abriu uma oportunidade para um novo estudo, é o papel da mídia frente àquilo que a sociedade pensa da polícia, afinal a mídia tem bastante influência naquilo que a sociedade pensa a respeito desta instituição. Pois ao mesmo tempo em que evidencia as falhas cometidas por policiais, ignora aquelas bem sucedidas, uma vez que a maior parte do trabalho policial, formalmente ostensivo, acaba sendo invisível

para a sociedade, ao passo que eventuais excessos e abusos, atos violentos nas ações repressivas, repercutem enorme e negativamente para a sociedade (Muniz et al., 1999, p. 7).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo científico teve como tema o Trabalho da Polícia Militar. Tendo em vista que vivemos um momento em que a polícia é tão massacrada pela mídia e, conseqüentemente, pela população, é imperativo que sejam feitos estudos sobre a atuação destes profissionais e de sua contribuição para a sociedade. Geralmente o emprego da força por parte dos policiais é bastante questionada, contudo, a sociedade está a cada dia mais e mais violenta, mostrando assim, que o uso da força pela Polícia Militar é, na verdade, um mal necessário, sendo assim, este estudo trouxe importantes contribuições acerca do trabalho da polícia, bem como do desgaste da imagem destes profissionais, em função do trabalho da mídia.

Deste modo, o problema que conduziu toda esta pesquisa foi responder se a atuação da força da Polícia Militar seria o único caminho para garantir a paz e a segurança. Assim, para responder ao problema proposto, Monjardet (2003, p. 15) explica que a atuação da polícia se trata de um trabalho que interage com os problemas humanos, e atua quando a solução destes problemas requer o emprego da força, sendo assim, indispensável em qualquer sociedade. Reforçando a ideia de que a população, sozinha, não é capaz de resolver seus próprios conflitos, portanto, a polícia tem papel fundamental na garantia da paz e da segurança da sociedade, contudo, ela sozinha, não pode garantir estes direitos.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é expor a importância do trabalho da polícia na sociedade brasileira, a qual, infelizmente, é exemplo de declínio moral, ético e socioeconômico. Com o intuito de atender ao objetivo geral desta pesquisa, as informações contidas no perfil profissiográfico da PMGO foram essenciais para responder a esta questão, pois é a polícia que irá garantir a ordem pública, por meio da prevenção e neutralização dos fatores de risco que possam afetar a população.

Ainda no sentido de expor a importância do trabalho da polícia militar, Hipólito e Tasca (2012) foram essenciais no esclarecimento de que a referida instituição, na

sociedade democrática de direito, é o principal braço do Estado na segurança pública.

Contudo, o papel da Polícia não é apenas combater a criminalidade, ou seja, sua importância não se restringe a esta tarefa, Hipólito e Tasca (2012) também esclarecem que seu papel é muito mais amplo, abarcando o aspecto social, atuando inclusive quando houver a falência de outros órgãos do Estado.

Quanto ao problema levantado, a polícia precisa sim fazer uso da força, enquanto outras esferas da sociedade não apresentam condições de resolver as questões de segurança, que estão intimamente ligadas à educação, emprego, distribuição justa dos recursos e acesso a serviços essenciais com qualidade. Enquanto não houver mudanças nos elementos citados, a atuação da polícia, inclusive por meio da força, é sim, indispensável, pois de acordo com Rolim (2006, p. 25) os fatores que contribuíram para a criação das polícias modernas são, notadamente, as revoltas populares, a desordem em alguns países europeus e principalmente a impotência dos governos em resolver ou controlar tais problemas, sendo sempre necessário a convocação de tropas do exército, que geralmente agiam de maneira violenta, alimentando ainda mais a insatisfação popular e fazendo com que surgisse, quase que sempre, a necessidade de intervenção de outrem.

A presença da polícia na sociedade se faz necessário principalmente pelo fato das pessoas não conseguirem viver juntas de maneira harmoniosa, respeitando o espaço do outro e a coisa pública, comprovando a fala de Hipólito e Tasca (2012), corroborando para o pensamento de Monjardet (2003), que explica que o trabalho policial não se trata de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção, da comunidade de suas atividades. Por esta razão, é esta seleção que determina a organização e a análise do trabalho policial. Neste sentido, é possível inferir que o combate à violência, por exemplo, não é uma tarefa pré-determinada, mas trata-se de uma necessidade criada pela própria sociedade.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anual. Disponível em . Acesso em: 21 abr. 2017.

BALESTRERI Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo – RS: CAPEC, Paster Editora, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FRAGA, Cristina K. **O Processo de Construção Institucional da Invisibilidade do Acidente de Trabalho na Brigada Militar**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

FRAGA, Cristina K. **Peculiaridades do trabalho policial militar**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. 2006

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Edunesp, 1991. 177p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANASHIRO, Olaya. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** ISSN 1983-7364 ano 9 2015 2015

HIPÓLITO, M. M.; TASCA, J. E. **Superando o mito do espantalho**. Ed. Insular, 2012.

KROK, Jan Tadeusz. **O vínculo constitucional entre o exército e as polícias militares: reflexos na estrutura organizacional, formação e prática profissional**. 2008.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. – São Paulo: EDUSP, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 10).

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; SOARES, Barbara Musumeci (Orgs.). **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, 1998. Relatório de Pesquisa.

ROLIM, M. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2. Ed., 2009.

SANDES, Wilquerson Felizardo. **O Uso da Força na Formação de Jovens Tenentes: Um Desafio para a Atuação Democrática da Polícia Militar de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado em Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2007a.

SANTOS, José V. T. dos. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência**. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 9(1): 155-167, maio.1997.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante. 2006.

SOUSA, Reginaldo Canuto de . MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. **POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira** . 2011.